

Delegação da ADUR-RJ participa do 52º CONAD, que atualizou o plano de lutas da categoria

Os professores Celia Regina Otranto (delegada), Lenir Lemos Furtado Aguiar e Orlando Marques da Costa (observadores) representaram a Associação de Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no 52º CONAD (Conselho Nacional das Associações de Docentes). O evento, realizado entre 26 e 29 de julho, no Maranhão, reuniu educadores das universidades federais de todo o Brasil.

Antes da abertura oficial do CONAD, os representantes da ADUR-RJ participaram da reunião do Setor das Federais, no dia 25 de julho, e discutiram sobre a deflagração ou não de greve unificada dos servidores públicos federais (*leia sobre o assunto na página 2 desta edição*).

Durante o CONAD, a categoria reafirmou a defesa por uma educação pública de qualidade, refutando a Reforma Universitária e as últimas medidas decretadas por Lula da Silva, como o IFET e o REUNI.

Além disso, o CONAD também atualizou o plano de lutas da categoria, reforçando a necessidade de união da classe trabalhadora e de resistência às tentativas de retirada de conquistas dos docentes. Os professores avaliaram que frente a atual conjuntura é hora de intensificar a luta para frear as reformas do atual governo e garantir o cumprimento da pauta de reivindicações da categoria.

Páginas 6 e 7

ADUR-RJ promove seminário para discutir a Reforma Universitária. Prof. Roberto Leher, palestrante do evento, critica decretos do governo.

Páginas 3 e 4



CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA

Diante da perspectiva da Reitoria convocar uma reunião para a próxima sexta-feira, 10 de agosto, tendo como pauta a implantação do REUNI na UFRRJ, convocamos, extraordinariamente, uma reunião conjunta do Conselho de Representantes e Assembléia Geral, a fim de que possamos traçar as estratégias de intervenção do representante da ADUR-RJ.

ASSEMBLÉIA GERAL E REUNIÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUR-RJ: Quinta-feira, 9 DE AGOSTO, ÀS 9h, no Gustavão

PAUTA: 1 - Implantação do REUNI na RURAL;
2 - Reavaliação do Indicativo de GREVE

Acesse o site da ADUR-RJ - www.adur-rj.org.br - e veja o documento preliminar elaborado pelo Grupo Assessor, nomeado pela Portaria nº 552/SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º § 2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que institui o REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

Investimento no PAN supera saúde e educação

O governo federal investiu no primeiro semestre deste ano mais recursos nos Jogos Pan-Americanos do que em seis ministérios da área social.

Até agora, foram aplicados R\$ 124,6 milhões no programa denominado Rumo ao Pan 2007. Esta é apenas uma "fatia" dos investimentos dedicados ao Pan, cuja soma total gira em torno de cifras bilionárias. Também nesses primeiros seis meses, os ministérios da Saúde, da Educação, do Desenvolvimento Agrário, da Previdência Social, do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Social investiram juntos R\$ 103,4 milhões. (...)



Infra-estrutura: Dos R\$ 124,6 milhões investidos no Pan, quase a totalidade se destinou à implantação de estrutura física no Rio de Janeiro para a realização dos jogos. Foram R\$ 124,4 milhões. Outros R\$ 121 mil foram usados na infraestrutura tecnológica do evento. No projeto original do Orçamento da União para 2007, aprovado no ano passado, estavam previstos R\$ 49,8 milhões para investimentos no Pan, mas houve acréscimos e remanejamentos de outros R\$ 145,1 milhões. Assim, até agora, já foram efetivamente pagos 63,9% de tudo o que foi previsto de investimento no Pan. Graças a esse dinheiro para os jogos, o Ministério do Esporte já usou 20,6% da verba para investimento neste ano. É o recorde entre todas as pastas. (...)

Sistema de ensino: O Ministério da Saúde só investiu R\$ 43,8 milhões até agora, e o da Educação, R\$ 34,9 milhões. Durante a primeira metade do ano a pasta que cuida do ensino só usou 1,9% de tudo que deveria investir em 2007. Isso explica por que nada foi investido ainda em projetos como o apoio ao fortalecimento institucional dos sistemas de ensino, o fomento à rede de pesquisa e desenvolvimento da educação infantil e do ensino fundamental e o apoio à melhoria da qualidade do ensino médio.

Questionado sobre a disparidade nos volumes de investimentos, o Ministério do Planejamento e Orçamento informou, por meio da assessoria de comunicação, que os Jogos Pan-Americanos são "uma prioridade do país". (...)

Segundo a Fazenda, os ministérios da área social estão investindo, só que usando ainda restos a pagar do Orçamento de 2006. Os recursos do orçamento deste ano aparecerão como gastos no segundo semestre e em 2008.

Sindicato Nacional alerta para a necessidade de pressão sobre o governo

Conforme encaminhamento da reunião do Setor das IFES do ANDES-SN, realizada no dia 30 de junho, as seções sindicais estão discutindo o indicativo de greve nas universidades federais, em rodadas de assembleias. O indicativo se justifica porque o governo federal não negocia a pauta de reivindicações aprovada no 26º Congresso do ANDES-SN e tem tomado medidas que só contribuem para "maquiar" as estatísticas do ensino superior e precarizar ainda mais a atividade docente, como REUNI, professor equivalente e IFET.

A pauta de reivindicações dos docentes das IFES foi protocolada na Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC no início de maio, mas até o momento não há um processo de negociação, porque o governo insiste em atrelar a negociação da pauta à discussão do projeto de regulamentação do direito a greve dos servidores públicos. OANDES-SN também espera pela abertura da negociação da proposta da nova tabela salarial, protocolada na SESU no início de junho.

Paulo Rizzo, Presidente do ANDES-SN, alerta os docentes de que as condições atuais exigem muita pressão sobre o governo e que "essa pressão pode vir, inclusive, na forma de greve". "Já tivemos reuniões com a SESU e estamos buscando reuniões com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, mas o governo trancou as portas para o serviço público em função do PLP 01/2007, que significa arrocho salarial por uma década, e com sua intenção de restringir o direito de greve", diz Rizzo.

O Presidente do ANDES-SN, no entanto, lembra que as dificuldades existiram em outros momentos e que a mobilização dos docentes foi essencial para o atendimento de suas reivindicações por parte do governo federal.

É hora de aumentar a pressão

Além das ações que visam à retirada de direitos para o conjunto dos servidores públicos, o governo tem adotado medidas que pioram a educação universitária brasileira, como Prouni, REUNI, EAD e IFET, entre outras, que atacam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aprofundam o processo de mercantilização do ensino e precarizam as condições de trabalho docente.

Para fazer frente a esses ataques e reivindicar melhorias salariais, os servidores estão se mobilizando. No dia 1º de julho, a Plenária Nacional dos SPFs aprovou indicativo de paralisações para o mês de agosto, objetivando a construção de uma greve unificada até o início de setembro. Algumas categorias já se encontram em greve, entre elas os técnicos-administrativos das IFES, que estão paralisados há mais de 50 dias.

Greve é instrumento de luta e defesa dos trabalhadores – A principal avaliação, tanto dos representantes dos SPFs quanto do Setor das IFES do ANDES-SN, é que somente com muita mobilização será possível barrar o PLP 01 e outros ataques, bem como forçar o governo Lula a negociar as reivindicações da campanha salarial.

Nas últimas décadas, a greve tem sido último recurso para levar o governo federal a estabelecer a negociação da pauta de reivindicações. Vale também lembrar que todas as conquistas da categoria docente foram obtidas com muita pressão e luta, em movimentos grevistas.

Para o ANDES-SN, é urgente que os docentes discutam a necessidade de greve para denunciar as reformas mercantilistas do governo e a falência em que se encontra a educação superior no país. A greve é um direito coletivo dos trabalhadores, garantida pela Constituição. No caso das greves nas universidades públicas, são deflagradas não apenas por reposição salarial e melhores condições de trabalho, mas também pela manutenção da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos os cidadãos brasileiros.

Reunião do Setor das IFES, dia 25/7

O Setor das IFES do ANDES-SN reuniu-se no dia 25, em São Luís(MA), para avaliar o resultado da rodada de assembleias gerais que aconteceram nas seções sindicais para deliberação do indicativo de greve nas universidades federais. A ADUR-RJ foi representada pelo Prof. Orlando Marques da Costa.

A reunião priorizou a avaliação do resultado da rodada de assembleias gerais quanto ao indicativo de greve dos docentes do Setor das Federais.

Os presentes enfatizaram a dureza dos ataques e a necessidade de enfrentamento com o governo. O setor das Federais e reafirmou a construção da mobilização nas universidades contra os ataques do governo federal, destacando-se, entre eles, o REUNI, a portaria professor equivalente, o PLP 01 e o projeto que regulamenta o direito de greve.

Com o objetivo de exigir a abertura de uma verdadeira negociação salarial com o governo, o Setor das IFES aprovou que o mês de agosto deve ser um período de forte mobilização da categoria. Após esse período um novo setor será convocado para avaliar um indicativo de greve, que será discutido em assembleias, pelas seções sindicais. Nova reunião do Setor será em 25 de agosto.

Com informações do ANDES-SN

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. **Endereço:** Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). **CEP:** 23.851-970 – **Caixa Postal:** 74.537 **Telefax:** (21) 2682-1379 - **Tel.:** (21) 3787-8464. **E-mails:** adurrij@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. **Conselho Editorial:** Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro S. Magalhães. **Redação, edição e diagramação:** Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). **Fotolito e impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 2 mil exemplares

Assembléia da ADUR-RJ NÃO aprova indicativo de greve dos docentes das IFES

A ADUR-RJ realizou uma assembléia, no dia 18/07/07, para discutir os seguintes pontos de pauta: 1) análise da conjuntura nacional; 2) discussão sobre o encaminhamento da Reunião do Setor das IFES de 30/06, que apontava a necessidade de se aprovar o indicativo de greve da categoria para o final de agosto/início de setembro próximo. A assembléia foi presidida pela Profa. Lenir Furtado e secretariada pelo Prof. Lenício Gonçalves.

Os presentes receberam a última edição do *InformANDES* (junho/07), onde consta o histórico da Campanha Salarial deste ano e a proposta de tabela salarial do ANDES-SN, aprovada na reunião do Setor das IFES de 02/06/07. Posteriormente, os presentes analisaram a conjuntura política nacional e expuseram suas opiniões sobre a situação atual do Movimento Docente. Em seguida, passaram às deliberações. São elas:

1) Manter a mobilização interna e externa, sem aprovar neste momento o indicativo de greve da categoria.

2) Intensificar a mobilização. Foi deliberada a participação da ADUR-RJ no Comando Nacional de Mobilização e a criação de um Comando de Mobilização Local.

3) Em relação à pauta de reivindicações dos docentes das IFES, foi aprovado que a Campanha Salarial seja o principal ponto de mobilização da categoria.

4) Solicitar ao ANDES-SN um levantamento do número de professores substitutos das IFES, para que seja divulgado nacionalmente, denunciando à sociedade as precárias condições de trabalho desses docentes.



ADUR-RJ promove debate sobre a Reforma Universitária, com a presença do Prof. Roberto Leher

A ADUR-RJ promoveu um debate sobre a Reforma Universitária, no Gustavo, dia 11 de julho, que contou com a participação de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes da Rural. A Administração Superior da UFRRJ compareceu ao evento, e foi representada pelo Reitor da Universidade, Prof. Ricardo Motta Miranda, e pela Profa. Nídia Majerowicz – Decana de Ensino de Graduação. Carlos Alberto dos Santos Chaves, Coordenador Geral do SINTUR, e Rodrigo César – representante do DCE e estudante de Veterinária da Universidade Rural – também participaram do debate, que teve como principal expoente o Prof. Roberto Leher, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ex-presidente do ANDES-SN (2000-2002). A mesa foi mediada pela Profa. Celia Regina Otranto, 2ª Vice-Presidente da ADUR-RJ.



O Prof. Roberto Leher expôs a origem dos decretos do governo Lula, que criam o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e o IFET (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia).

Ele analisou criticamente as medidas que constituem a Reforma Universitária, fazendo questão de saudar os companheiros do SINTUR, em greve desde 28 de maio. Ressaltou que as últimas medidas governamentais, tal como o REUNI, o IFET e o Professor Equivalente fazem parte de um projeto anterior, denominado *Universidade Nova* – defendido pelo MEC, e tendo como principal entusiasta o Reitor da Universidade Federal da Bahia, Prof. Naomar Almeida Filho, que defende a proximidade da Universidade com as demandas do mercado de trabalho.

O Prof. Roberto Leher criticou o Projeto Universidade Nova, destacando que, para se compreender o REUNI, o IFET e o Professor Equivalente é preciso levar em consideração que a

idéia que os norteia não é inédita. “Estes não são novos projetos, não são propostas geniais nem recentes. Não são raios em céu azul. São mais uma tentativa de subordinar à Universidade à lógica mercantilista. É o capitalismo acadêmico, aquele que deseja transformar o professor em empreendedor”, disse Leher.

Para o docente, tais medidas precisam ser contextualizadas a partir da lógica neoliberal, da economia mundo. “O projeto do governo para a Universidade não se distancia dos interesses do capital comercial estrangeiro e de um processo acelerado de ‘empresariamento’ do ensino superior”, avaliou.

De acordo com o Prof. Leher, a proposta do governo para a Universidade explica porque o ensino mercantilizado no Brasil cresceu nos últimos anos, conforme os dados apresentados por ele.

Segundo o palestrante, atualmente, 171 mil estudantes ingressam em instituições privadas – universo muito maior do que os alunos que chegavam ao ensino superior particular, em 2004. “As medidas



“A Universidade é o espaço de produção do conhecimento. Não podemos legitimar mais esta fraude, que é o Reuni – uma continuação do Projeto Universidade Nova”.

**Prof. Roberto Leher,
ex-presidente do ANDES-SN**



do governo são liberalizantes para o mercado. Os estudantes, hoje, são consumidores. Isso graças ao robusto programa financeiro às empresas por meio do ProUni (Programa Universidade para Todos), que garante isenção fiscal para as instituições privadas em troca de vagas para estudantes carentes. O mais curioso é que o próprio MEC reconhece que essas vagas oriundas do ProUni são ruins”, afirmou.

O palestrante criticou o favorecimento do governo às instituições filantrópicas, que, de acordo com Leher, poderiam ser denominadas “pilantrópicas”. Também criticou o Ensino a Distância (EAD), afirmando que ela promove uma formação superficial e deficitária.

O Prof. Roberto Leher fez menção a frase do representante do SINTUR, Carlos Alberto Chaves, que havia dito que o REUNI, nada mais é do que um “contrato de gestão”. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais pretende elevar, num prazo de 5 anos, a taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18. A média correspondente ao ano de 2005 é de 10,9 estudantes para um professor, nas IFES, conforme citado na página 12 do documento da Diretoria do ANDES-SN, publicado em julho de 2007: “As novas faces da Reforma Universitária do governo Lula e os impactos do PDE para a educação superior”.

De acordo com o palestrante, o governo pretende crescer em até 20% do valor já destinado às IFES para a instituição que cumprir o plano de expansão. “Não podemos nos esquecer que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), recentemente lançado



pelo governo federal, limitou, por 10 anos, a expansão das folhas de pagamento a apenas 1,5% ao ano. Não há dinheiro novo para a Universidade e nem garantias para o recurso do REUNI”, afirmou Leher. “A expansão que o governo propõe é ‘para menos’, para fazer alusão ao poeta Manuel de Barros. Hoje, o governo propõe dividir entre 53 IFES R\$ 1,2 bilhões para pensarmos em dobrar o número de estudantes no ensino superior. O orçamento médio é de 8 bilhões, desde a era FHC. Com essa dotação orçamentária, que ampliação é possível? Como dobrar o número de estudantes na Universidade com o mesmo orçamento?”, questionou.

O professor lembrou que cada Universidade pode decidir se vai ou não aderir ao Reuni, criando seu próprio plano de expansão. Disse que a comunidade universitária deveria exigir que a Administração Superior elaborasse um plano de expansão que contemplasse, de fato, as reais necessidades da Universidade, como novos prédios, novos laboratórios, novas vagas para cursos noturnos, melhorias substanciais no bandejão, no alojamento e bibliotecas, contratação de pessoal – docentes e servidores técnico-administrativos. “As Universidades têm que ser ousadas e cobrar do MEC o ônus por uma expansão responsável. Se trabalhamos nos marcos do decreto, ficará claro que acatamos o discurso do governo federal. A Universidade é o espaço de produção do conhecimento. Não podemos legitimar mais esta fraude, que é o Reuni – uma continuação do Projeto Universidade Nova”, enfatizou o Leher.



A Profa. Maria Cristina M. da Silva, do Colégio de Aplicação da UFRJ e 1ª Secretária da Regional do Rio de Janeiro do ANDES-SN, também esteve presente no evento, reforçando, oportunamente, a posição do Sindicato Nacional quanto à Reforma Universitária: “É preciso nos mobilizarmos enquanto ainda há tempo, e discutirmos com toda a comunidade os malefícios que as medidas elaboradas pelos últimos governos acarretam para a Universidade pública, gratuita e de qualidade. A mobilização e o debate têm que extrapolar os muros da Universidade, abarcando toda a sociedade”, disse a representante do ANDES-SN.

Outros participantes também fizeram perguntas ao Prof. Roberto Leher e aos representantes da Administração Superior – Profa. Nídia Majerowicz e Prof. Aloísio Jorge de Jesus Monteiro (este último, assessor da Reitoria, substituiu o Prof. Ricardo Motta Miranda, Reitor da UFRRJ, que precisou ausentar-se antes do término das atividades). Antes de ausentar-se, o Reitor apresentou o posicionamento da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), dizendo que não há consenso sobre o REUNI entre o grupo de gestores.

A Decana de Ensino de Graduação disse que a Reitoria vai debater seu projeto de expansão

com representantes dos três segmentos da Universidade. A Profa. Nídia Majerowicz lembrou ainda que a UFRRJ não é objeto de desejo da elite, por estar localizada na Baixada Fluminense, reforçando a necessidade de que é preciso fazer uma proposta de expansão que contemple os desejos e a especificidade desta comunidade universitária. “O Reuni tem que ser tratado de forma inteligente pela comunidade”, disse a Decana, que criticou a aprovação de 90% dos concluintes e a proporção de 18 professores para cada estudante, conforme previsto no REUNI.

O representante do SINTUR, Carlos Chaves reiterou que a categoria dos técnicos está em greve não só em defesa de melhores condições salariais, mas também da qualidade da Universidade pública. Disse que “Educação não se faz por decreto, mas com a participação dos estudantes, técnicos e professores”.

Rodrigo César, representante discente, lembrou a revolta estudantil de Córdoba (Argentina), em 1918, que se expandiu rapidamente por toda a América Latina como inspiração para todos aqueles que desejavam melhorias no sistema de ensino superior.

Expressou preocupação com a interferência das EUAs nas Universidades latinoamericanas, o que explica a disposição do governo para pagar a dívida externa e não investir em educação de qualidade. Disse ainda que um dos problemas que permeiam a Reforma Universitária é a inversão da lógica do público e do privado.

Em seguida, a mediadora e representante da ADUR, Profa. Celia Otranto agradeceu a presença de todos e solicitou aos presentes que divulgassem as idéias e proposições ouvidas. afirmou que ADUR pretende realizar outros debates sobre o tema, em breve.

ANDES-SN solicita ao Ministro da Educação a revogação dos decretos que criam os IFET e o REUNI

Em cumprimento à deliberação da Plenária do Setor das IFES, realizada no dia 30/06, o ANDES-SN enviou carta ao ministro Fernando Haddad (Educação) solicitando a imediata revogação dos decretos 6.095/07 (IFETs) e 6.096/07 (REUNI).

O documento foi protocolado em 3/7, no Ministério da Educação e solicita, ainda, a efetiva negociação da pauta salarial e reposição de vagas docentes e de técnico-administrativos perdidas pelas universidades federais nas últimas décadas. A carta também destaca que o Brasil tem uma das menores parcelas do PIB aplicadas em educação: 3,5%.

O Sindicato Nacional lembra ao ministro que a preocupação da entidade com a garantia de uma educação pública de qualidade para todos a leva em “insistir na busca por canais de diálogo com o Governo Federal, em particular com o MEC” e pede também a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE), principalmente a meta de investimento de 7% do PIB na educação pública; a extinção da aplicação da DRU (desvinculação das receitas da União) e o cumprimento do preceito constitucional de vinculação das verbas do orçamento para a educação.

FONTE: ANDES-SN



Para refletir

“Docentes e pesquisadores têm sido instigados a se transformar em empreendedores e a somente focalizar sua ação em trabalhos que tenham aplicação mercantil, na forma de patentes ou até mesmo de produtos. O docente/pesquisador está sobrecarregado entre atividades de pesquisa, de orientação e de representação acadêmica. A ‘síndrome de burnout’, até há pouco associada ao cotidiano de professores da educação básica, passou a ser tema frequente entre os docentes de ensino superior das instituições públicas”.

** trecho extraído do Manifesto em Defesa da Universidade Pública e da Produção do Conhecimento Comprometido com a Sociedade, produzido pelo ANDES-SN e pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (ADUFPA), lançado na reunião da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). O documento está disponível na íntegra no site do ANDES-SN www.andes.org.br*

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em debate

*Professora Celia Regina Otranto**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), definidos no Decreto nº 6095/07, serão formados a partir da “agregação voluntária” de CEFETs, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizadas em um mesmo Estado. Os IFETs deverão oferecer educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades e, na educação superior, cursos de graduação e pós-graduação tecnológicos, além de cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica para os docentes da educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática. Poderão registrar os diplomas dos cursos que oferecerem e o Diretor Geral será chamado de Reitor. Num primeiro olhar, pode até parecer uma proposta vantajosa para as instituições. Mas, vamos olhá-la mais de perto...

Apesar de não ser uma universidade, o IFET será regulado, avaliado e supervisionado, no que tange à instituição e aos cursos oferecidos, da mesma forma que uma universidade. Também como uma universidade, terá um Reitor, mas, qual dos diretores ocupará este cargo? A instituição de origem do Reitor será a mais importante? Como avaliar a importância de instituições tão díspares? Até a expansão e a criação de novas instituições de educação profissional e tecnológica foi enquadrada, pois deverão adotar “preferencialmente” o modelo do IFET.

Uma outra preocupação reside no fato de que o MEC encaminhará proposta orçamentária anual com identificação de cada campus, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. O que será que isso significa? O pessoal deixará de pertencer a cada uma das instituições e será vinculado ao IFET como um todo? E, por falar em pessoal, as mais novas instituições de educação superior continuarão com seus docentes vinculados à carreira de 1º e 2º graus, em total incoerência com a proposição declarada no Decreto.

Estes e outros questionamentos permearam as discussões travadas no Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (CONEAF) e no Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais (CONDETUF). O primeiro rechaçou a imposição governamental. Elaborou uma nova proposta para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e encaminhou-a ao Ministro da Educação.

O documento, datado de 06 de junho de 2007, ressaltou a atualidade da missão das Escolas Agrotécnicas Federais e criticou a subordinação entre

as instituições (proposta do IFET), considerando que a medida pode acarretar prejuízo da manutenção das identidades de cada uma delas. O texto solicita a inclusão de toda rede federal de Educação Profissional e Tecnológica no PDE, contemplando a ampliação de infraestrutura, financiamento e recursos humanos. Defende a manutenção e valorização das autarquias já existentes, como forma de assegurar a autonomia de cada instituição, conquistada através de lutas históricas. O que os dirigentes das Escolas Agrotécnicas Federais querem, mesmo, é a transformação destas em CEFETs.

Já o CONDETUF, em sua Carta de Gramado, de 31 de maio de 2007, protesta por não ter sido consultado em relação à proposta do IFET e demonstra preocupação com os rumos das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Denuncia a falta de contratação de docentes e técnicos administrativos, bem como a carência de recursos e infra-estrutura. Chama atenção para o fato de não terem sido consultados e, simplesmente, informados da proposta do IFET e solicitam ao MEC que reabra as discussões, incluindo nelas a ANDIFES e os Reitores cujas universidades possuem Escolas Técnicas.

Como pode ser percebido, a proposta do IFET não está sendo aceita pela maioria das instituições envolvidas e, o mais importante, seus Conselhos estão reagindo. Parece que há uma luz no fim do túnel! Vamos esperar agora a reação das Universidades Federais ao REUNI.

**Celia Regina Otranto é docente do Instituto de Educação da UFRRJ, 2ª Vice-Presidente da ADUR-RJ, e Coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da ADUR-RJ.*

PELO ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE ADUR INFORMA PÁGINA 5

Delegação da ADUR-RJ participa do 52º CONAD

O 52º CONAD (Conselho Nacional dos Docentes) do ANDES-SN, coordenado pela Associação de Professores da Universidade Federal do Maranhão (APRUMA), ocorreu em São Luís, durante 26 e 29 de julho. Com o tema *Em defesa da educação pública, construir a unidade, resistir e avançar a luta*, o evento atualizou as deliberações tomadas no 26º Congresso do Sindicato Nacional (ocorrido no primeiro semestre deste ano), privilegiando o debate sobre o *movimento docente e conjuntura política*. A ADUR-RJ foi representada pelos professores Celia Regina Otranto (delegada), Lenir Lemos Furtado Aguiar e Orlando Marques da Costa (observadores).

As discussões que nortearam as resoluções do 52º CONAD foram, principalmente, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula e suas conseqüências para os trabalhadores e, mais especificamente, para a universidade brasileira. Além disso, os presentes discutiram também o impacto das reformas da Previdência, universitária, sindical e trabalhista para a sociedade. Outro tema em foco foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), uma conseqüência do PAC, cujos desdobramentos são o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades

Federais (Decreto nº 6.096/07), mais conhecido como REUNI; os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), criados pelo Decreto nº 6.095/07; e a Medida Provisória 361/07, que institui o Auxílio de Avaliação Educacional (AAE) para servidores que participarem de processos de avaliação realizados pelo INEP e CAPES, regulamentado pelo Decreto nº 6.092/07.

Como definido pelo 26º Congresso, as lutas dos docentes contra essas e outras medidas do governo que afetam toda a classe trabalhadora intensificaram-se com a filiação do ANDES-SN à Conlutas – pólo de movimentos sociais e sindicais que resistem às reformas neoliberais. A participação do ANDES-SN no Encontro Nacional realizado em São Paulo, em dia 25 de março deste ano, culminou com o Fórum Nacional de Luta Contra as Reformas Neoliberais, e no encontro da Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária, realizado na capital paulista, no dia 26 de março. Tais participações consolidaram o movimento docente como parte integrante e mobilizadora das lutas gerais contra a reforma da Previdência, universitária, sindical e trabalhista. Nesse contexto, o 52º CONAD atualizou o Plano de Lutas do ANDES-SN, dando o rumo do movimento docente neste segundo semestre de 2007.

O 52º CONAD decidiu que o Sindicato Nacional deverá:

- Denunciar amplamente o projeto de fundações estatais e lutar contra a aprovação do PLP 92/2007, junto com os movimentos e organizações que combatem a privatização das políticas sociais.

- Lutar pela revogação do Decreto nº 6.696/97 (REUNI), ampliando a campanha de denúncia e esclarecimento da população sobre as suas conseqüências negativas para as IFES, principalmente se associada ao banco de professores-equivalente e ao PLP 01/2007. Este último prevê o congelamento dos salários pela próxima década.

- Lutar pela revogação da Lei nº 11.502, que modifica as competências e estrutura organizacional da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O ANDES-SN deverá fazer amplo debate sobre as novas atribuições da CAPES, denunciando o caráter aligeirado e inconsistente da formação de professores que será promovida pela instituição.

- Lutar contra as reformas neoliberais, convocando todas as seções sindicais da base do ANDES-SN para

Os professores Celia Regina Otranto, Frederico Falcão e Luís Mauro Magalhães enviaram suas colaborações, em conjunto com docentes de outras seções sindicais, para o Caderno de Textos e Anexo do 52º CONAD. Os textos enviados pelos filiados da ADUR-RJ foram aprovados e abordam os seguintes temas: análise da conjuntura política, a necessidade de união da classe trabalhadora, a defesa do direito de greve, acesso e permanência na universidade. Se quiser consultá-los, acesse a página da ADUR (www.adur-rj.org.br) ou do ANDES (www.andes.org.br).



integrarem a marcha à Brasília, a ser realizada em outubro próximo. Esta contará com a participação de vários movimentos sociais e políticos. Importante frente de luta vem se construindo com a atuação decisiva da CONLUTAS, principalmente a partir do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Paulo, em 25 de março passado. No 26º Congresso, o ANDES-SN filiou-se à Coordenação Nacional de Lutas.

- O ANDES-SN deve denunciar amplamente o projeto de fundações

estatais e lutar contra a aprovação do PLP nº 92/2007, articulando-se com os movimentos e organizações que combatem a privatização dos serviços públicos.

Saúde

O 52º CONAD apontou a necessidade de a base ANDES-SN participar, desde agora, das conferências de saúde e da 6ª Conferência Nacional de Serviço Social.

IEES e IPES

Intensificar a luta pela vinculação de percentual da receita tributária dos estados no financiamento das suas

universidades estaduais. Em relação às instituições particulares de ensino superior, o ANDES-SN apóia iniciativas para reverter o grave ciclo de precarização das condições de trabalho docente, reforçando as exigências de controle público destas instituições.

Exigir negociação com o governo

Foi deliberado que o ANDES-SN deverá insistir junto ao governo federal que ele abra negociações efetivas para atender a pauta de reivindicações dos servidores públicos em geral, e dos docentes das IFES. O Sindicato Nacional e suas seções sindicais devem

denunciar o congelamento salarial até 2016, sinalizado no PLP nº 01/07 (PAC); a obstinação do governo federal em descaracterizar o caráter público do ensino superior federal, expresso no PAD - pacote de abril. Os participantes do 52º CONAD avaliaram que é hora de articular plenárias conjuntas dos docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos, como também dos servidores públicos federais, nos estados.

Jornada nacional em defesa da educação pública

O 52º CONAD indica que é hora de investir na mobilização da categoria e empenhar todo o movimento docente na preparação da *Jornada Nacional em Defesa da Educação*, prevista agosto. Esta Jornada poderá ter reflexos positivos nas conquistas dos professores, contribuindo também para a melhoria da educação pública brasileira.

Questões organizativas e financeiras

Aprovou-se a criação de três novas seções sindicais, uma de cada setor do Sindicato Nacional. São elas: SIND-UEA, Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado do Amazonas; SINDESP-Extremo Sul/BA, Seção Sindical Multiinstitucional dos Docentes do Ensino Superior Particular do Extremo Sul da Bahia; e ADLeste, Seção Sindical dos Docen-

tes da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, região leste sul-matogrossense. No exercício da função de Conselho Fiscal, foram aprovadas as contas do ANDES-SN, balanço de 2006, e a previsão orçamentária para 2008.

Aprovação da agenda de lutas do ANDES

- Seminário Nacional em Defesa da Previdência Pública, dia 7 de agosto, em Brasília.

- Jornada Nacional em Defesa da Educação, prevista para agosto.

- *Reunião do Setor das Federais, em Brasília, para avaliar a rodada de assembleias que discutirá o indicativo de greve, no dia 25 de agosto.*

- Plebiscito pela Anulação do Leilão de Privatização da Vale do Rio Doce "A Vale é nossa", que acontecerá em setembro.

- Grande mobilização nacional com marcha a Brasília, prevista para outubro.

- Semana Nacional em Defesa da Qualidade na Educação Pública, Autonomia Universitária e contra a Precarização do Trabalho Docente, indicada para a semana do dia 15 de outubro, Dia do Professor.

Números do 52º CONAD

Seções Sindicais: 49; Delegados: 45; Observadores: 91; Convidados: 3; Diretores do ANDES-SN: 34

Lançamento da Revista Universidade e Sociedade

Durante o CONAD, ocorreu o lançamento do número 40 da revista *Universidade e Sociedade*, cujo tema é "Reorganização da classe trabalhadora". Em breve, esta revista estará disponível na ADUR-RJ.

O Professor Raimundo Nonato Nunes, (ADURN-Seção Sindical) lançou o livro "Diário de uma saga em defesa da universidade pública brasileira", onde recupera os principais momentos da greve de fome docente, ocorrida em 1998. O livro pode ser consultado na sede da ADUR-RJ.

A Carta de São Luís (MA), elaborada pela Diretoria do ANDES-SN, e que abrange as principais deliberações do 52º CONAD, está disponível no site da ADUR-RJ **52º CONAD**

ADUR-RJ participa do Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia, promovido pelo ANDES-SN e pela ADUPFA

O ANDES-SN e a Associação de Docentes da UFPA (Adufpa) promoveram um Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia, no início de julho, em Belém (PA). A ADUR-RJ foi representada pelo Vice-Presidente da Associação, Prof. Lenício Gonçalves.

Durante o evento, foram analisadas medidas do governo federal como a Lei de patentes, a Lei de Inovação Tecnológica, os fundos setoriais e as novas metodologias de avaliação da pós-graduação nas universidades. "Essas medidas, ao invés de alavancarem a pesquisa, reforçaram as desigualdades já existentes e pioraram as condições de trabalho dos docentes e pesquisadores", disse a diretora da ADUPFA e coordenadora do evento, Olgaíses Maués.

A programação do seminário contou com quatro mesas redondas, que tiveram a participação de pesquisadores locais e especialistas nacionais. No primeiro dia, foram debatidos os impactos da reforma universitária em Ciência e Tecnologia, com o professor Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, e com Janine Teixeira,

representante da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra).

Já o segundo dia do evento foi reservado para uma avaliação dos impactos da pesquisa e da pós-graduação no trabalho docente. A mesa redonda teve a presença do professor da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), João Reis, de Olgaíses Maués e do docente Luiz Allan Künzle, representando o ANDES-SN.

Houve também mesa redonda para debater as matrizes energéticas e a questão ambiental no Brasil, enfocando a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, conforme apresentado pelos professores Aluizio Leal (UFPA), o docente da Universidade Federal de Rondônia (Unir), Luís Fernando Garzon, e com um representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

No último dia de debate, ocorreu ampla discussão sobre o financiamento da pesquisa no Brasil, com a presença do professor Ciro Correia da Universidade de São Paulo (USP), o docente Luis Henrique Schuch, da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) e representante do ANDES-SN, e a Profa. Vera Jacob, diretora da Adufpa.

As próximas edições do *ADUR Informa*

abordarão alguns desses assuntos que foram discutidos no Seminário, enfatizando a problemática que as últimas medidas do governo acarretam para os trabalhadores, para a sociedade e para o meio-ambiente. Dentre elas, destacam-se as novas formas de relações de trabalho, sobretudo a precarização da atividade docente, a degradação humana do professor, e a mercantilização das Universidades públicas.

Com informações do ANDES-SN



UFRRJ realiza I Seminário sobre Vieira da Silva



CEF e ADUR-RJ firmam convênio de prestação de serviços para seus filiados

Pelo convênio celebrado entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e a ADUR-RJ, os docentes associados poderão usufruir, na própria sede da Associação, dos serviços listados abaixo, dentre outros:

- *Empréstimo com desconto em folha, a partir das menores taxas de juros;
- *Renegociação de empréstimos bancários, com desconto em folha ("compra de dívida");
- *Abertura de conta corrente com cheque especial;
- *Cartão de crédito;
- *Seguro de automóvel;
- *Financiamento de imóvel.

Para outras informações, compareça à sede da ADUR-RJ ou telefone para a CEF: [\(21\)2682-1330](tel:(21)2682-1330). Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

ADUR INFORMA PÁGINA 8

No dia 26/07, ocorreu na UFRRJ o I Seminário sobre a pintora Maria Helena Vieira da Silva, por iniciativa da Reitoria e dos Professores Delson Lima Filho, Fábio Ricardo R. de Macedo, Luciana Amorim e da discente Ana Paula Silva, que integram a comissão responsável por acompanhar a retirada e a restauração dos azulejos da artista homenageada, pertencentes à UFRRJ.

Após discussão no Conselho Universitário, foi decidido que os painéis de Vieira da Silva

seriam retirados da UFRRJ, e posteriormente restaurados, para compor uma exposição sobre a artista no Museu de Arte Moderna (MAM) paulista.

A Vice-Reitora, Profa. Ana Maria Dantas, o Prof. Delson (presidente da comissão organizadora) e Regina P. de Mattos, representante do INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural), durante a abertura dos trabalhos, ressaltaram a importância da arte de Vieira

da Silva para a expressão cultural do país, destacando a necessidade de se sensibilizar a comunidade universitária para a herança inestimável deixada na UFRRJ. Eles lembraram ainda que a pintora completaria 100 anos em 2008.

Após a solenidade inicial, houve várias conferências que resgataram a memória da artista portuguesa. Os docentes Lenício Gonçalves e Dari Cesarim Sobrinho representaram a ADUR neste seminário.

Breve biografia da artista Maria Helena Vieira da Silva

Pintora portuguesa, ela foi radicada em França. Nasceu em 1908, filha do embaixador Marcos Vieira da Silva, que faleceu quando a menina tinha apenas três anos. Foi educada pela mãe, Maria da Graça, tendo estudado pintura em Portugal. Em 1928, frequentou Academia de Belas Artes, em Paris. Casou-se, dois anos depois, com o pintor Arpad Szenes – paixão que só foi interrompida com a morte dele, em 1985.

Ela e o marido viveram no Brasil de 1940 a 1947, fugindo da ascensão dos regimes totalitários na Europa.

No Rio de Janeiro, Maria Helena realizou duas exposições, em 1942 e 1944, além de executar um mural de azulejos na UFRRJ.

Ao regressar para Paris, em 1947, o Estado francês comprou-lhe diversos quadros, como "La Bibliothèque" e a famosíssima "La Partie d'Échecs".



Vieira da Silva deixou também tapeçarias, vitrais, gravuras, ilustrações de livros infantis e cenários de teatro.

Ela dedicou a sua vida principalmente à pintura, mas somente após 1974, com a conquista da democracia em Portugal,

sua obra pôde ser amplamente divulgada. Em Lisboa, há um museu com o seu nome. Recebeu diversos prêmios em vida. Faleceu em 1992.

FONTE: www.leme.pt/biografias/80mulheres/silva.html

